



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

A Terceira Via e a “Nova Pedagogia da Hegemonia”: o papel das políticas sociais na educação para a nova sociabilidade

Por: Aline Fabiane Barbieri²⁵

aline.barbieri@ifpr.edu.br

Resumo

O texto tem como objetivo apresentar e discutir o projeto educacional do neoliberalismo de Terceira Via, denominado por Neves (2005), como “nova pedagogia da hegemonia” (NPH), enfatizando o papel das políticas sociais na sua edificação e disseminação. Trata-se de um estudo de caráter bibliográfico, fundamentado nos pressupostos teórico e metodológicos do materialismo histórico. Apresenta-se a Terceira Via como uma vertente neoliberal, centrada numa proposta de desenvolvimento capitalista, articulando economia de mercado à justiça social. Identifica-se que a Terceira Via encaminha um projeto educacional – a NPH, no qual as políticas sociais visam a formação de nova sociabilidade. É destacado o papel contraditório das políticas sociais para o sociometabolismo da crise do capital por serem, ao mesmo tempo, necessárias para a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, e funcionais à dinâmica capitalista, visto que amenizam as contradições entre capital e trabalho e contribuem para a disseminação da racionalidade ideológica conservadora.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Terceira Via; Políticas sociais; Nova sociabilidade.

Resumo

La suba teksto celas prezenti kaj diskuti la edukan projekton de la Novliberalismo laŭ la “Tria Vojo”, nomigita, far Neves (2005), kiel “nova pedagogio de hegemonio” (NPH), pro tio, ni emfazas la rolon de sociaj politikoj en sia konstruado kaj disvastigado. Temas pri bibliografia studo, fondita sur la teoriaj kaj metodologiaj bazoj de la historia materiismo. En ĝi, oni prezentas la Trian Vojon kiel novliberala branĉo, centrata je propono de kapitalisma disvolviĝo, kiu kunigas merkata ekonomio al sociala justeco.

²⁵ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR) e graduada em Educação Física (Licenciatura) também pela UEM. Atua como docente no Instituto Federal do Paraná - Campus Pitanga.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Oni perceptas, ke la Tria Vojo enkondukas edukon projekton – NPH, en kiu sociaj politikoj celas formadon de nova socieblecon. Oni reliefigas la kontraŭdiran rolon de tiuj sociaj politikoj por socimetabolismo de la krizo de kapitalo ĉar ili estas, samtempe, necesaj por plibonigo de la vivkondiĉoj de la laborista klaso, kaj funkciigaj al la kapitalisma dinamiko, ĉar ili mildigas la kontraŭdirojn inter kapitalo kaj laboro, kaj same kontribuas al dissemigo de konservativema ideologia racieco.

Ŝlosilvortoj: Neoliberalismo, Tria Vojo; Sociaj politikoj, Nova sociebleco.

Abstract

The text aims to present and discuss the educational project of neoliberalism of the Third Way, denominated by Neves (2005), as "new pedagogy of hegemony" (NPH), emphasizing the role of social policies in the construction and dissemination of the project. It is a bibliographical study, based on the theoretical and methodological assumptions of historical materialism. The Third Way is presented as a neoliberal, centered on the proposal of capitalist development, articulated to values of social justice. Identify that Terceira is an educational project guide - the HNP, from which social initiatives are part of the process of forming the new sociability. Social capital, people are necessary to improve the living conditions of the working class, are variable for the capitalist, are considered as contradictory between capital and labor. contribute to a spread of conservative ideological rationality.

Keywords: Neoliberalism; Educational politics; Reforms.

Introdução

O objetivo desse texto é apresentar e discutir o projeto educacional do neoliberalismo de Terceira Via, denominado por Neves (2005), como “nova pedagogia da hegemonia” (NPH), enfatizando a importância das políticas sociais na efetivação e disseminação desse projeto. Por meio de pesquisa de caráter bibliográfico e fundamentando-se nos pressupostos teórico e metodológicos do materialismo histórico, aborda-se a história da política educacional contemporânea, em articulação com as determinações materiais do contexto de crise estrutural do sistema social do capital e das novas estratégias de regulação social correspondentes.

O neoliberalismo de Terceira Via provém de um processo de reformulação do ideário neoliberal, iniciado no final dos anos de 1990. Compreende-se que o intuito



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

dessa vertente neoliberal seja o de reestabelecer as estratégias de coesão e regulação social compatíveis à manutenção da hegemonia burguesa.

Segundo Martins (2009), o citado movimento revisionista foi iniciado, primeiramente, nos Estados Unidos e na Inglaterra. Disseminou-se em outros países europeus e em Estados de elevado grau de industrialização e de ocidentalização, que buscavam um modelo “alternativo” de Estado e de desenvolvimento comprometido com a tentativa de compatibilizar a economia de mercado com justiça social. Como reforça o autor, esse revisionismo, propalando ser uma alternativa ao neoliberalismo ortodoxo e ao socialismo, pretendia o realinhamento do projeto neoliberal para a recuperação da economia, partindo de bases políticas mais sustentáveis (MARTINS, 2009).

Uma nova racionalização ideológica precisou ser construída para a efetivação do projeto neoliberal de Terceira Via. Para encaminhar a edificação dessa nova racionalidade ideológica, está em curso a NPH – projeto educacional da Terceira Via. Por meio de estratégias de repolitização da sociedade civil, busca-se formar novas subjetividades adaptada as atuais necessidades do capital. No bojo desse projeto educacional, as políticas sociais vêm desempenhando papel de destaque, na medida em que estão sendo formuladas na perspectiva de formação de sujeitos ativos e empoderados.

O poder da ideologia e da racionalidade ideológica para a nova sociabilidade do capital

Conforme explica Mészáros (2012, p. 57), “[...] em nossas sociedades, tudo está ‘impregnado de ideologia’, quer percebamos, quer não”. Isso porque todo discurso está saturado de determinados valores, crenças e consensos que expressam formas específicas de compreensão de homem, mundo e sociedade, compatíveis aos interesses diferenciados das classes sociais.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

A ideologia, como enfatiza o mesmo autor, “[...] não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas sociedades de classe” (MÉSZÁROS, 2012, p. 65, grifo do autor). A sua “[...] persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como *consciência prática inevitável das sociedades de classe*” que está organicamente “[...] relacionada com a articulação de conjunto de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos” (MÉSZÁROS, 2012, p. 65, grifo do autor). As ideologias podem ser compreendidas como formas de interesses sociais contraditórios que se manifestam na consciência social de determinada sociedade de classes em um também determinado momento histórico.

No campo da luta de classes, formas ideológicas afirmam ou negam as bases de produção e reprodução das relações sociais estabelecidas. A ideologia dominante “[...] apoia a ordem estabelecida com uma atitude acrítica, adotando e exaltando a forma vigente do sistema dominante – por mais que seja problemático e repleto de contradições – como o *horizonte absoluto* da própria vida social” (MÉSZÁROS, 2012, p. 67, grifos do autor). A ideologia da classe dominante “[...] tem uma grande vantagem na determinação do que pode ser considerado critério legítimo de avaliação do conflito, já que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade” (MÉSZÁROS, 2012, p. 59). Isso ocorre principalmente pelo fato de essa ideologia poder “[...] usar e abusar abertamente da linguagem [...]”, visto que “[...] o risco de ser publicamente desmascarada é pequeno, tanto pela relação de forças existente quanto pelo sistema de dois pesos e duas medidas aplicado às questões debatidas pelos defensores da ordem estabelecida” (MÉSZÁROS, 2012, p. 59).

Vale ressaltar que o que se espera da ideologia dominante “[...] não é o *verdadeiro* reflexo do mundo social, com a representação objetiva dos principais



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

agentes sociais e seus conflitos hegemônicos” (MÉSZÁROS, 2012, p. 69, grifos do autor). A ideologia dominante deve “[...] fornecer apenas uma explicação *plausível*, a partir da qual se possa projetar a *estabilidade* da ordem estabelecida” (MÉSZÁROS, 2012, p. 69, grifo do autor). Por isto, tende à produção de “[...] um quadro categorial que *atenua* os conflitos existentes e *eterniza* os parâmetros estruturais do mundo social estabelecido” (MÉSZÁROS, 2012, p. 69, grifos do autor). Apela para “[...] a ‘unidade’ e para a ‘moderação’ – a partir do ponto de vista e em defesa do interesse das relações de poder hierarquicamente estabelecidas [...]” visando legitimar “[...] suas reivindicações hegemônicas em nome do ‘interesse comum’ da sociedade como um todo” (MÉSZÁROS, 2012, p. 67).

Em sociedades internamente divididas, as ideologias em conflito de qualquer período histórico estão vinculadas com “[...] a consciência prática necessária em termos da qual as principais classes da sociedade se inter-relacionam e até se confrontam, de modo mais, ou menos, aberto, articulando sua visão da ordem social correta e apropriada como um todo abrangente” (MÉSZÁROS, 2012, p. 65). As ideologias estão, portanto, sempre associadas a certos tipos de valores e estratégias de determinada classe social. Apreende-se, a partir dessa constatação, que a durabilidade das formas ideológicas é a mesma da dos conflitos entre as classes. Vale ressaltar que por serem produtos das sociedades de classes e por terem determinações materiais e culturais em suas raízes, as ideologias desempenham um papel ativo vital no processo de reprodução social (MÉSZÁROS, 2012).

Conforme Gramsci (1999, p. 193), “[...] as ideologias não são de modo algum arbitrárias; são fatos históricos reais, que devem ser combatidos e revelados em sua natureza de instrumentos de domínio, não por razões de moralidade [...]”, mas sim, “[...] por razões de luta política: para tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar outra, como momento necessário à subversão da práxis”.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Os interesses sociais que se constituem “[...] ao longo da história e se *entrelaçam conflituosamente* manifestam-se, no plano da consciência social na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente *autônomos* (mas, é claro, de modo algum independentes) [...]” (MÉSZÁROS, 2012, p. 65, grifo do autor). Tais discursos exercem “[...] forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social”. Isso porque “[...] as diferentes formas ideológicas de consciência social têm (mesmo se em graus variáveis, direta ou indiretamente) implicações práticas de longo alcance em todas as suas variedades [...]” (MÉSZÁROS, 2012, p. 66). Tal argumentação habilita o entendimento de que as ideologias são, concomitantemente, determinadas e determinantes das relações sociais próprias das sociedades de classes.

A garantia das condições de produção e reprodução do capital não pode ser efetivada somente no campo econômico e estrutural, mas também no campo da constituição ideológica (MASCARO, 2013). Para este autor, a ideologia é fundamental para o exercício da dominação econômica e política de uma classe sobre a outra, já que tal dominação “[...] não pode se bastar apenas na repressão estatal, mas principalmente na vivificação ideológica, por toda a sociedade, de seus valores, de sua inteligibilidade operacional e de sua forma de reprodução social” (p. 66). Em outras palavras, a dominação de uma classe sobre a outra também precisa ser operacionalizada no plano da racionalidade ideológica.

Por isso, mudanças nas bases econômicas estão articuladas a mudanças no campo da racionalização ideológica e precisam ser acompanhadas por mudanças no padrão de sociabilidade que, segundo Martins (2009, p. 17), corresponde à maneira pela qual “[...] os homens e as classes produzem e reproduzem as condições objetivas e subjetivas de sua própria existência, sob mediação das bases concretas de produção, de uma dada direção política e do estágio de correlação de forças presentes num certo



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

contexto”²⁶. Isso porque o capital não se sustenta somente por uma estrutura econômica, mas também, por uma superestrutura política e ideológica, engendrada por estratégias de educação para o consenso e cooptação.

O Estado capitalista, como assinala Nucci Jr (2014, p. 3), opera buscando atingir duas principais metas, que se condicionam reciprocamente. A primeira delas, é garantir o “[...] processo de acumulação e reprodução ampliada do capital em favor das frações burguesas hegemônicas, o que requer um suporte político e ideológico do Estado, bem como dos aparelhos estatais e privados de hegemonia”. A segunda meta é conservar as classes subalternas apassivadas dosando, “[...] de acordo com a temperatura da luta de classe, a coerção (uso dos aparelhos repressivos) e a cooptação (atendimento precário de certos interesses econômicos e utilização dos aparelhos estatais e privados de hegemonia e ideológicos)” (NUCCI JR, 2014, p. 3). Conforme o autor a “[...] conciliação de classe torna-se, nesse sentido, um aspecto essencial para garantir certo nível de legitimidade do Estado capitalista” (p. 3). Assim, a instituição estatal precisa “[...] buscar em outras classes, através de mediações feitas por suas representações políticas, inclusive com camadas do proletariado, alguma forma de conciliação através de concessões econômico-corporativas” (NUCCI JR, 2014, p. 3).

Nesse sentido, torna-se evidente a importância da racionalidade ideológica que vem sendo construída e disseminada pelo neoliberalismo de Terceira Via – caracterizada pelo discurso em prol do apaziguamento dos conflitos e conciliação de classes – para a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Como explicam Filgueiras e colaboradores (2010, p. 39), o chamado “novo desenvolvimentismo” dos governos de Lula e de Dilma, “[...] tal como o velho, sintetiza o capitalismo possível de existir na periferia do capitalismo na ‘era imperialista’, cujas características

²⁶ Martins (2009, p. 272) desenvolve essa explicação fundamentando-se em Gramsci, mais especificamente, na obra: “GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere. Vol. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999”.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

fundamentais são: dependência tecnológico-financeira, concentração de renda, exclusão social e democracia restrita”. O subsídio fornecido pelos autores permite o entendimento sobre a importância do neoliberalismo da Terceira Via para a reprodução do capital. Tal como no “velho desenvolvimentismo”, o “novo desenvolvimentismo” tem necessitado de um elemento político fundamental:

[...] o ‘apaziguamento’ e consentimento dos setores dominados, em especial a cooptação do sindicalismo e dos movimentos sociais, redirecionando suas energias para apoiar as políticas do governo, com o atendimento marginal das demandas sociais dos setores subalternos da sociedade (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 39).

Nesse contexto, identifica-se que as políticas sociais têm desempenhando papel de alta relevância na edificação da racionalidade ideológica voltada ao arrefecimento das contradições próprias do capitalismo e à conciliação entre classes. Tais políticas compõem um projeto que se funda em uma política de conciliação de classes e de “[...] ampliação do consumo como meio de apassivamento das classes dominadas [...]”, que visa ao enfraquecimento dos entraves a um novo ciclo de expansão e acumulação capitalista no Brasil (NUCCI JR, 2014, p. 3). Concomitantemente “[...] o capital reinventa as formas de acumulação, a sociedade civil se modifica e o Estado ganha maior dinamicidade e desempenha um papel de exagerada influência sobre a autonomia dos movimentos populares e dos partidos políticos” (BOGO, 2014, p. 8).

O neoliberalismo de Terceira Via

Segundo seu principal sistematizador, o sociólogo britânico Anthony Giddens, o programa da Terceira Via seria uma proposta alternativa, para além da “esquerda” e “direita”, de “centro radical” adaptada e preparada para enfrentar os desafios da modernidade. Trata-se “[...] de um renovado discurso que flexibiliza alguns dos dogmas do neoliberalismo predominante até então, o que nos permite chamá-lo de



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

‘neoliberalismo de Terceira Via’” (GROPPO; MARTINS, 2008, p. 216).

Ao articular economia de mercado à justiça social, a Terceira Via almeja uma recuperação do projeto burguês que, por um lado, mantém as premissas básicas do liberalismo e, por outro, retoma os elementos centrais do reformismo da socialdemocracia²⁷ (LIMA, 2004). Pelo fato de propor a combinação entre os fundamentos econômicos do neoliberalismo ortodoxo²⁸ – tais como a defesa do individualismo metodológico, a exaltação das virtudes do mercado e do Estado de direito – e valores como solidariedade e participação social, a Terceira Via pode ser compreendida como um “neoliberalismo humanizado”.

Por suas características, objetivos e perspectiva histórica, a política de Terceira Via foi adotada por diversos governos, partidos políticos, sindicatos e organizações da sociedade civil, especialmente, as empresariais, tendo em vista a preocupação destes com a instauração de um projeto hegemônico com maior estabilidade política (MARTINS, 2009). Nesse sentido, como novo consenso globalmente estabelecido, desde “[...] o final dos anos 1990, a Terceira Via vem sendo o principal discurso político-ideológico a referendar a *práxis* hegemônica das elites dominantes e dirigentes do capitalismo global” (GROPPO; MARTINS, 2008, p. 216, grifo do autor). Nos moldes desse constructo teórico, pode-se considerar que o neoliberalismo tornou-se poderosa referência ideológica para a ação política, renovando as estratégias de consenso, conformação e dominação do capital, nos mais diversos campos sociais como, por exemplo, nos de educação e saúde.

²⁷ Segundo Bottomore (2001), socialdemocracia é uma expressão antiga que vem adquirindo vários significados nos últimos 150 anos. De forma geral, a política social-democrata entende ser a democracia o sistema político mais satisfatório. Além disso, direciona suas ações às políticas reformistas, com o objetivo último de forjar um ‘capitalismo reformado’. O termo socialdemocracia é utilizado por Giddens (1998, p. 16) “[...] para designar partidos e outros grupos da esquerda reformista, inclusive o Partido Trabalhista britânico”.

²⁸ Giddens utiliza o termo “neoliberalismo ortodoxo” para se referir à versão pura do neoliberalismo, norteadada, principalmente, pelo pensamento de Friedrich Hayek, Milton Friedman, e desenvolvida nos governos de Margareth Thatcher, Helmut Kohl, Poul Schluter e Ronald Reagan.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Tomando como referência o contexto europeu, o ideário da Terceira Via advoga que, nas últimas décadas, a realidade viria passando por grandes modificações, decorrentes, sobretudo, da intensificação do fenômeno da globalização, definida por Giddens (1998, p. 43) como “[...] uma complexa variedade de processos, movidos por uma mistura de influências políticas e econômicas” que estaria “[...] transformando as instituições das sociedades em que vivemos”.

Sem explicitar quais seriam os fundamentos da “globalização”, – assentados, segundo Martins (2009), na tendência à padronização cultural, social e política, resultante das múltiplas mediações realizadas pelo capital – e tratando suas consequências como fenômenos isolados, para Giddens (1998), a globalização estaria gerando novas demandas e possibilidades que exigiriam, por sua vez, um processo de adaptação social, que nem o projeto neoliberal ortodoxo e muito menos a social-democracia estariam aptos a contribuir.

Segundo o discurso da Terceira Via, a proposta política dos neoliberais ortodoxos, pautada no pensamento liberal clássico, deveria ser superada, já que havia produzido um mercado demasiadamente instável e desestabilizado, além de ter gerado sérios riscos à coesão social. A insuficiência da social-democracia clássica seria motivada por se fundamentar basicamente nos ideais socialistas que, para Giddens e os demais ideólogos da Terceira Via, não poderiam mais apresentar possibilidades reais às demandas daquele momento histórico, visto que entrara em colapso com a queda do muro de Berlim em 1989 e fim da União Soviética em 1990. Além disto, não se justificaria a possibilidade de retorno às antigas políticas de bem-estar social, uma vez que, como aponta Giddens (1998, p. 26), o “[...] welfare state, visto pela maioria como o cerne das políticas social-democráticas, gera hoje mais problemas que resolve”.

Comparando as propostas do neoliberalismo ortodoxo com as da social-democracia clássica, Giddens (2007, p. 18) conclui que “[...] existe um reconhecimento geral quase que por toda parte de que as duas ‘vias’ que têm dominado o pensamento



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

político desde a Segunda Guerra Mundial fracassaram ou perderam a pujança”. Desse modo, a polarização da política entre “direita” e “esquerda” não teria mais sentido, por estas não estarem aptas a oferecer à sociedade possibilidades aplicáveis (GIDDENS, 1998). Como saída para esse impasse, propôs-se a Terceira Via, programa político de “centro-radical” pautado na reformulação dos conceitos constitutivos da social-democracia clássica. Como salienta Giddens (1998), referindo-se à expressão Terceira Via, utiliza-a para se “[...] referir à renovação social-democrática – a versão atual do esforço que os social-democratas tiveram de empreender periodicamente e com muita frequência ao longo do século passado para repensar a política” (p. 7).

Por isso, a Terceira Via é conhecida por “democracia social atualizada”, “democracia social modernizadora” e “esquerda modernizadora” (GIDDENS, 2007). Segundo seus ideólogos, esta seria a única proposta capaz de enfrentar os desafios do século XXI, tais como, “[...] promover emprego e prosperidade, oferecer a todo indivíduo a oportunidade de desenvolver o seu potencial pessoal, combater a exclusão social e a pobreza [...]”, e ainda, “[...] reconciliar progresso material com sustentabilidade ambiental e com a nossa responsabilidade para com as gerações futuras, combater problemas comuns que ameaçam a coesão da sociedade [...]” (BLAIR; SCHROEDER, 1999, p. 1).

Para o enfrentamento de tais desafios, seria necessário um processo de reforma e modernização das políticas até então vigentes, para que estas se tornassem mais “realistas” e com “visão de futuro”. A fim de que o Estado se tornasse capaz de realizar a necessária modernização das políticas, seria preciso enfrentar, entretanto, um de seus principais problemas na época, o da legitimidade. Para tanto, ainda segundo o ideário da Terceira Via, o Estado deveria se tornar um administrador competente, assim como um administrador de empresas, o que, por sua vez, exigiria uma reforma na aparelhagem estatal (CHAUÍ, 1999).

Reformas modernizadoras, de acordo com Giddens (2007), seriam necessárias



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

para tornar o Estado mais eficiente e menos burocrático, tendo em vista que um Estado burocrático não seria apenas pouco propenso a prestar bons serviços públicos, como disfuncional para a prosperidade econômica. Além disso, as reformas no âmbito do aparelho do Estado seriam necessárias para tornar Estado e governo mais democráticos, transparentes e livres de corrupção – aperfeiçoamento fundamental para o combate à apatia política instaurada na época. Assim, segundo as orientações da Terceira Via, a reforma da aparelhagem do Estado, com vistas a deixá-la mais flexível e ajustada à lógica empresarial, com ações baseadas em parâmetros próprios do mercado, como qualidade e eficiência, seria a única forma de capacitar o Estado a realizar todas as reformas modernizadoras supostamente necessárias à “nova sociedade” (GIDDENS, 2007).

Este é, pois, um dos diversos pontos que deixam transparecer a grande relevância dada à economia de mercado pela proposta política da Terceira Via. Tal questão fica ainda mais evidente nas palavras de Giddens (2007, p. 25) quando o autor afirma que uma “[...] economia de mercado efetiva é a melhor maneira de promover a prosperidade e a eficiência econômica, trazendo ainda outros benefícios”. À luz das consequências geradas pelas políticas de livre mercado implementadas pelo neoliberalismo ortodoxo, a Terceira Via adverte sobre as consequências do livre comércio e aconselha um maior controle sobre o mercado. Como argumenta Giddens (2007, p. 25): “[...] o papel dos mercados deve ser confinado. Quando se permite que eles se imiscuem demasiadamente em outras esferas da vida social, resulta uma variedade de consequências inaceitáveis”. Ainda segundo o autor, mercados “[...] geram inseguranças e desigualdades que requerem a intervenção ou regulação do governo para serem controladas ou minimizadas. O comercialismo pode invadir áreas que deviam ser da alçada do governo ou da sociedade civil” (GIDDENS, 2007, p. 25).

Apesar de considerar necessário certo controle sobre os mercados, estes continuariam a ter formidável importância na sociedade, pois, para a Terceira Via, os



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

“[...] mercados permitem a escolha por parte do consumidor e o livre e não violento intercâmbio de bens a curta e longa distância” (GIDDENS, 2007, p. 25). O mercado continuaria a ser o espaço social de regulação das atividades humanas na política de Terceira Via, apesar desta criticar a liberdade dada à atuação dos mercados pelo neoliberalismo ortodoxo.

Alinhando-se à lógica de mercado entende-se que o próprio Estado, de acordo com o constructo da Terceira Via, deveria ter um formato mais flexível. Este seria o “novo Estado democrático”, fundamentado na ideia de que “[...] as realizações e as estruturas estatais inspiradas no modelo do ‘Estado máximo’ e de ‘Estado mínimo’ seriam inadequadas aos desafios e às exigências do mundo de hoje” (MARTINS, 2009, p. 76). Por isso, “[...] em seu lugar deveria predominar um aparelho nem grande nem pequeno, mas sim ‘necessário’ ou ‘gerencial’”, sendo o papel principal deste “Estado necessário” o de regular e coordenar o desenvolvimento econômico e social capitalista (MARTINS, 2009, p. 76).

Justaposto aos princípios empresariais e desempenhando seu novo papel gerenciador, ao Estado não mais caberia a função de fornecedor de serviços sociais, com a pena de se tornar um administrador ineficiente. Em decorrência, a política de Terceira Via defende uma substancial reformulação no campo das políticas de bem estar social. Como explicam Blair e Schroeder (1999, p. 4), a meta seria “[...] modernizar o estado de bem-estar social, não desmontá-lo [...]”, de forma a “[...] inaugurar novas maneiras de expressar solidariedade e responsabilidade para com os outros, sem basear a motivação para a atividade econômica em puro e simples interesse próprio”.

Cientes dos problemas à coesão social, provocados pela ausência de um sistema adequado de seguridade – como bem havia demonstrado o período de vigência do neoliberalismo ortodoxo – a Terceira Via entende que o oferecimento de serviços públicos mínimos deveria ser uma preocupação vital dos social-democratas. A



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

recomendação geral seria para que o Estado não acumulasse responsabilidades para com a sociedade civil, desencadeando políticas amplas e universais e, ao mesmo tempo, se tornasse forte o bastante para promover a justiça social. A ideia seria instaurar um “Estado de bem-estar positivo”, em que os próprios indivíduos e instituições, além do governo, contribuíssem para o oferecimento de serviços e resolução de manifestações da questão social²⁹, participando ativamente da geração de riqueza (GIDDENS, 1998). Segundo Martins (2009, p. 81), a proposta do “Estado de bem-estar positivo”, conhecido como “*welfare* positivo”, seria “[...] inovar a natureza das políticas sociais através da criação de uma dinâmica em que a aparelhagem estatal passaria a partilhar suas responsabilidades sociais com os diferentes sujeitos políticos coletivos”.

Em suma, a modernização estatal rumo à constituição do novo Estado democrático passaria pela construção de um novo contrato social, onde direitos passassem a também implicar deveres e responsabilidades. Isso porque a aceitação de deveres e obrigações seria crucial para a criação de compromissos cívicos, fundamentais ao desenvolvimento da economia e da comunidade solidária. O objetivo seria produzir um novo relacionamento entre indivíduo e comunidade, redefinindo direitos e obrigações (GIDDENS, 2007).

Para o estabelecimento do novo contrato social e forma de regulação social, tornou-se necessária a modernização da sociedade civil, com vistas à formação da “sociedade civil ativa”, o que demandou, por sua vez, a elaboração e disseminação de um novo projeto educacional para as massas – de uma “nova pedagogia da hegemonia”. Nesse sentido, “[...] percebe-se que todo o programa da Terceira Via é uma proposta ampla de intervenção educacional como uma ‘re-politização’ do indivíduo e da ‘sociedade civil’, aspirando que esses se tornem agentes reflexivos

²⁹ São exemplos de manifestações da questão social a pobreza e a desigualdade social. Compreende-se que essas são decorrentes da contradição entre capital e trabalho, que tende a se agudizar no atual contexto de aprofundamento da crise estrutural do capital.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

propositivos e ativos para a ação voluntária e o empreendedorismo [...]” (GROPPO; MARTINS, 2008, p. 232).

O movimento revisionista fomentou concomitantemente a reforma do aparelho do Estado e um processo de “[...] reeducação política das massas – isto é, aprimoramento da sociabilidade neoliberal –, visando a consolidação de um suposto modelo capitalista de ‘face humana’ e um conformismo capaz de assegurar a coesão social em torno desse modelo redefinido” (MARTINS, 2009, p. 61). Nesse contexto, a reeducação das massas tornou-se necessária para a efetivação da nova forma de relacionamento entre sociedade civil, Estado e mercado, arquitetada pelo neoliberalismo de Terceira Via. É à efetivação desse processo educativo, orientado para a formação da nova sociabilidade, que se presta a “nova pedagogia da hegemonia”.

A “nova pedagogia da hegemonia” para a formação da nova sociabilidade: o papel das políticas sociais

Mudanças na forma do trabalho e nos parâmetros de convivência acabam por exigir modificações no modo de vida coletivo, que tendem a englobar todas as dimensões da existência humana, “[...] entre elas as concepções, os comportamentos, os hábitos e costumes cotidianos, incluindo até mesmo o ordenamento familiar e sexualidade” (MARTINS, 2009, p. 17). Em outras palavras, transformações nas bases objetivas de sustentação do capital implicam também a alterações no padrão de sociabilidade do capital.

Os padrões de sociabilidade que emergem em momentos históricos determinados – sustentados por uma racionalidade ideológica específica – são sempre provisórios por serem expressões do “[...] estágio das relações de produção e de desenvolvimento das forças produtivas [...]” (MARTINS, 2009, p. 17). Com o movimento revisionista e a emergência do neoliberalismo de Terceira Via, em meados da década de 1990, foi desencadeada a necessidade de renovação do padrão de sociabilidade e,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

portanto, de constituição e disseminação de uma nova racionalidade ideológica, para a formação de sujeitos aptos a efetivarem o novo contrato social idealizado pela Terceira Via (MARTINS, 2009).

Tratou-se de uma “[...] tentativa de restauração da hegemonia burguesa a partir de mudanças substanciais no padrão de sociabilidade” (MARTINS, 2009, p. 71). Para este autor, hegemonia pode ser compreendida como uma relação de poder situada no capitalismo “[...] que expressa a dominação de uma ou mais frações de classe sobre o conjunto de sua própria classe e das classes adversárias, em que o econômico e o político expressam a ‘direção moral e intelectual’ a ser seguida pelo conjunto da sociedade” (p. 18). Importante não perder de vista que “[...] se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (MARTINS, 2009, p. 20).

O processo de readequação do padrão de sociabilidade, capitaneado pelo neoliberalismo de Terceira Via, está em curso por meio de um abrangente projeto educacional composto por estratégias de reeducação política para a formação de novas subjetividades. Assim, por intermédio de “[...] um amplo e dinâmico exercício de educação política” o neoliberalismo de Terceira Via vem disseminando em todos os polos as características básicas da nova forma de sociabilidade, adaptada às novas necessidades do capital em crise estrutural (MARTINS, 2009, p. 19).

Para difundir a nova racionalidade ideológica – voltada à edificação do novo padrão de sociabilidade – é que se funda o projeto educacional do neoliberalismo de Terceira Via, denominado por Neves (2005, p. 15), de “nova pedagogia da hegemonia”. Desse modo, a “nova pedagogia da hegemonia” refere-se ao projeto educativo burguês contemporâneo, fundamentado nos preceitos do neoliberalismo de Terceira Via, que objetiva contribuir com a construção de um novo padrão de sociabilidade por meio da formação de novas subjetividades para o capital.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Para tanto, desde a década de 1990, a “nova pedagogia da hegemonia” promove “[...] uma educação para o consenso sobre os sentidos³⁰ da democracia, cidadania, ética e participação adequados aos interesses privados do grande capital nacional e internacional”, para o reestabelecimento da hegemonia burguesa (NEVES, 2005, p. 15).

No bojo do neoliberalismo de Terceira Via, o Estado foi requalificado como agente educador³¹, transformando-se em um dos principais difusores dos ensinamentos da “nova pedagogia da hegemonia” (NEVES, 2005, p. 15). Como explica Neves (2005, p. 16), “[...] o Estado assume cada vez mais um papel educador, na medida em que passa a propor a condução de amplos setores da população a uma reforma intelectual e moral adequada ao projeto de sociabilidade dominante e dirigente”. Nas palavras de Martins (2009, p. 84), o papel pedagógico do Estado “[...] seria o de criar uma nova cultura cívica por meio da renovação organizativa da sociedade civil, visando à consolidação da coesão social”.

No Brasil, a construção do novo Estado educador foi iniciada com o processo de reforma do aparelho do Estado nos anos de 1990. Sabe-se que Fernando Henrique Cardoso (o então presidente da república) e Bresser Pereira (ministro do Ministério de Administração e Reforma do Aparelho do Estado na época) tinham Anthony Giddens como um dos principais mentores, o qual, “[...] segundo os jornais brasileiros, deixou de ser apenas o guru de Blair para tornar-se leitura obrigatória dos assessores de FHC” (CHAUI, 1999, p. 2).

³⁰ Observa-se, de tal modo, que a resignificação de conceitos é um dos mecanismos pelos quais a “nova pedagogia da hegemonia” atua no movimento de reeducação política. Harvey (2008) explica que a resignificação ou modificação da carga ideológica de conceitos consta entre as estratégias lançadas pelo constructo neoliberal para a obtenção do consentimento e aceitação social, necessários à implementação de políticas e intenções econômicas.

³¹ O Estado, além de centralizar o poder de repressão e execução da violência física, exerce importante papel na educação e inculcação ideológica, relacionada à produção de consenso (HIRSCH, 2010). Na perspectiva do Estado ampliado, ou seja, do Estado como a soma da sociedade civil e sociedade políticas, as agências internacionais são compreendidas como agentes educadoras (NEVES, 2005).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Conforme Boito Jr (2003), durante o governo Lula, a política econômica neoliberal de Terceira Via não somente foi continuada, como aprofundada. Por esse motivo, o governo Lula seria uma espécie de “terceira via’ da periferia” (BOITO JR, 2003, p. 1). No governo Dilma, foram seguidas as linhas mestras do governo Lula, mantidas as políticas que propiciam a redução das desigualdades por estratégias de distribuição de renda, com o fim último de manter o neoliberalismo e a reprodução da hegemonia burguesa no Brasil. Ao avaliar a economia brasileira no governo Dilma, Contri (2014, p. 19) assevera que, nos últimos cinco anos (2009-2014), esta “[...] tem sofrido o impacto negativo da crise econômica mundial”, que “[...] tem se refletido no baixo crescimento econômico, nas oscilações cambiais, na balança de pagamentos e na inflação”. Segundo a análise de Maciel (2013, p. 4), diante das “[...] dificuldades econômicas manifestas na piora das contas nacionais, no aumento da inflação, na redução do ritmo de crescimento do PIB e na queda da produção industrial [...]”, o governo Dilma “[...] reagiu cortando gastos, subindo juros, privatizando e aprofundando a simbiose entre acumulação privada e recursos públicos, acirrando o caráter neoliberal da política econômica [...]”.

Dentre as formas que o novo Estado educador vem utilizando para contribuir com a educação da nova sociabilidade estão as políticas sociais contemporâneas, as quais, segundo Neves (2008), são instrumentos de difusão da “nova pedagogia da hegemonia”.

Para a Terceira Via, se um grupo específico de indivíduos estivesse com problemas, por exemplo, os próprios indivíduos que dele fizessem parte deveriam buscar estratégias para resolvê-los, recorrendo, principalmente à capacidade criativa. Caso esse grupo não conseguisse solucionar tais problemas, a comunidade local (ou seja, os grupos vizinhos) deveria, partindo do espírito de solidariedade e de parceria, ajudar na resolução desses conflitos. Se, porém, a sociedade civil não fosse capaz de encontrar as soluções necessárias, o governo seria acionado. Para tais circunstâncias,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

entende-se que não seriam necessárias políticas permanentes e amplas, pois que o ideal seriam as políticas focalizadas e descentralizadas, que solucionassem esses conflitos momentaneamente e, ao mesmo tempo, capacitassem a população para a resolução de problemas do gênero, para que, caso estes viessem a se repetir, os próprios grupos ou comunidades fossem capazes de solucioná-los. Essas são as políticas gerativas, capazes de capacitar a sociedade civil para o solucionamento de problemas sociais.

Considerações finais

Ressalta-se o caráter contraditório das políticas sociais. Embora não alterem as estruturas da reprodução social, é inegável a importância dessas políticas para que as condições de vida da classe trabalhadora não sejam deterioradas totalmente frente ao abrangente solapamento dos direitos sociais turbinada pela ofensiva neoliberal de Terceira Via. Ao mesmo tempo, tais políticas vêm exercendo papel ativo no projeto educacional do neoliberalismo de Terceira Via, voltado à conformação de subjetividades e formação de uma nova racionalidade ideológica, compatível com o projeto de nova sociedade civil e efetivação do novo contrato social da Terceira Via caracterizado pelo afastamento do Estado dos encargos sociais combinado ao protagonismo da sociedade civil na resposta às manifestações da “questão social”, decorrentes da crise estrutural do capital e da correspondente emergência de novas formas de regulação social.

Referências

BLAIR, T.; SCHROEDER, G. Europa: A Terceira Via / O Novo Centro. **Terra vista**. ago. 1999.

BOGO, A. O institucional e o seu contrário. Dossiê esquerdas, eleições e transformações estruturais da sociedade brasileira. **Blog Marxismo 21**, 2014. Disponível em:



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

<<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/09/Ademar-Bogo.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

BOITO JR., A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CHAUÍ, M. Fantasia da Terceira Via. **Jornal Folha de São Paulo** (Entrevista). São Paulo, dez.1999. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1912199904.htm>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

CONTRI, A. L. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Dilma. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 9-20, 2014.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (Orgs.). **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006. p. 179-206.

GIDDENS, A. **A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1998.

_____. **O debate global sobre a Terceira Via**. São Paulo: UNESP, 2007.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere: introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GROPPO, L. A.; MARTINS, M. F. Terceira Via e políticas educacionais: um novo mantra para a educação. **RBPAE**, v. 24, n. 2, p. 215-233, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19251/11174>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008, p. 11-96.

LIMA, K. Terceira via ou social-liberalismo: bases para a refundação do projeto burguês de sociabilidade. **Universidade e Sociedade**, ano XIV, n. 34, out. 2004.

Disponível em: <<http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-390873073.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2018.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

MACIEL, D. De Lula à Dilma Rousseff: crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política. **Blog marxismo 21**, 2013. Disponível em: <marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/D-Maciel-2.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2018.

MARTINS, A. Os fundamentos do projeto neoliberal: formulações para educar a sociabilidade. In: MARTINS, A. S. **A direita para o social**: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora, RJ: UFJF, 2009. p. 33-58.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para além do capital**: Rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

NEVES, L. M. W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, L. M. W. Políticas sociais contemporâneas: teses para discussão In: **Políticas Públicas & Serviço Social**: Análises e debates. Publicação do Observatório Social. Rio de Janeiro, set./out. 2008.

NUCCI JR, R. Construir uma política comunista socialmente enraizada para superar a conciliação de classe. **Blog Marxismo 21**, 2014. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/09/Renato-Nucci-Jr-dossie.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2018.